

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney no seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*:

"Brasileiras e brasileiros. Bom dia. Aqui vos fala o presidente Sarney em mais uma *Conversa ao Pé do Rádio*. Hoje, dia 12 de janeiro, de 1990, sexta-feira.

Estamos chegando ao nosso fim da caminhada. A consciência do dever cumprido, muito trabalho, obstáculos, incompreensões, mas acima de tudo, a certeza de que ajudamos a construir no País uma sociedade democrática, mais humana, mais justa, em que todos têm direito de opinar, exprimir suas convicções, sem qualquer temor, sem receio e conscientes do seu direito.

A economia está organizada, entregarei o País com reservas altas internacionais, com estoques de alimentos estratégicos de mais de 7 milhões de toneladas de grãos — e eu vou lembrar que eu recebi os celeiros vazios — o que assegura a certeza do abastecimento nacional com o estoque que vou deixar, a menor taxa de desemprego, o crescimento de quase 25% nestes cinco anos, um crescimento positivo em todo os anos de meu governo sem que nós tivéssemos a necessidade de atravessar o fantasma terrível da recessão, com todos os seus efeitos.

A produção industrial teve uma expansão surpreendente no ano passado. Basta dar um exemplo: em novembro, a relação a 88, a nossa produção industrial subiu 11%. A inflação, embora alta, está dando sinais de índices mais baixos do que eram denunciados por aqueles que viam sempre a catástrofe. O nosso esforço é o de deixar em março um caixa alto no Tesouro, sem postergar despesas no trimestre, mas graças a um esforço de política monetária, de arrecadação e diminuição de gastos, vamos encontrar essa solução, esta foi minha determinação aos ministros da área econômica, na programação do caixa do Tesouro.

E o Brasil está assistindo, na consolidação das suas instituições, uma transição do poder tranqüila, na qual o governo que sai não está perseguindo o caos nem em bus-

ca de inventários, mas de mostrar sua transparência e a sua dedicação ao Brasil. Exemplo deste clima é o fato de que o deságio dos títulos públicos no leilão realizado na última segunda-feira caiu. Mas, agora a nossa luta contra os alarmistas e os boatos, continua. Todo o dia há sempre uma notícia para inquietar o mercado.

Temos de viver uma batalha campal, desmentindo boatos, apurando efeitos que podiam ser nocivos e procurando mostrar a verdade. Mas, em tudo isso, é necessário, mais uma vez, reiterar que a cooperação das elites dirigentes do País não pode deixar de existir. Elas têm de mostrar que não vivem da retórica, a darem conselhos e praticarem atos diferentes. É preciso parar a especulação, remarcação, os ganhos fáceis.

Veja-se, agora mesmo, esta luta entre a indústria e o comércio, sobre esse fato basta citar o editorial de um jornal sobre o assunto. Diz ele: "Na verdade, está havendo desconfiância mútua porque tanto um como o grupo sabe que ambos estão obtendo lucros fora do normal aproveitando esta situação". E termina o editorial: "Ou todos fazem concessões e reduzem seus lucros abusivos ou todos irão enfrentar uma situação caótica".

A situação de especulação é tão grande que os próprios empresários da construção civil estão fazendo um boicote branco contra os aumentos abusivos de vários insumos, como cimento, vidros, pedra, areia, com um aumento de 2.000% em um desses produtos. Isto é um absurdo, é um crime contra toda a sociedade. Mas setores de oligopólio, monopólio, cartéis, acordos de preços e práticas que violam as leis de mercado são praticados e é impossível a qualquer governo, sem o apoio público, enfrentar essas situações, portanto, participe também. Não compre. Denuncie. Proteste.

Já mandei ao Congresso Nacional lei dando instrumentos para coibir esses abusos e estou determinando aos órgãos do Ministério da Fazenda para redobrar a vigilância e aplicar a Lei Delegada nº 4. Finalmente quero falar sobre o programa do leite, que esteve no noticiário nacional nestes últimos

dias. Inquietando a muitos daqueles que são beneficiários do programa. As crianças e as mães brasileiras. Todos sabem que há 4 anos eu criei o programa nacional do leite.

daquele tempo até hoje, como sempre gosto de dizer, ao nascer do sol, em 641 municípios, 8 milhões de crianças pobres recebem um litro de leite. Muitas delas nunca tinham bebido leite antes. O programa é responsável pela melhor nutrição da criança brasileira e eu nunca utilizei esse programa como instrumento político. E agora, ele se torna noticiário e inquietação. Eu quero restabelecer a verdade, como eu disse ontem à noite na televisão.

O Congresso até hoje, não remeteu ao governo federal o orçamento para ser sancionado. Eu tenho um ofício da Comissão de Orçamento dizendo que não sabe. Talvez em fevereiro terá condições de mandar o orçamento para ser sancionado. Para não parar o País, eu estou aplicando a autorização constitucional, de acordo com os juristas, de utilizar 1/12 avos da proposta orçamentária remetida ao Congresso. E todos sabem que é dentro da proposta orçamentária que está o dinheiro para o programa do leite. Mas, por ordem minha, o Banco do Brasil, desde ontem, autorizou todas as agências a receberem os tiquetes do leite.

Assim, o governo não tem nenhuma culpa no comportamento lamentável, impatriótico e, felizmente, de poucos laticínios, que não tiveram a compreensão para esperar quatro dias enquanto o governo encontrava uma solução para evitar o vácuo existente. Ninguém mais do que eu, portanto, tem amor e visão do que representa o programa leite. Eu quero tranqüilizar a todos, todas as crianças, todas as mães que participam deste programa que eu não vou jamais admitir qualquer corte no programa do leite.

Enquanto eu for presidente, o programa do leite, que eu criei, que posso dizer que é meu, ele não sofrerá qualquer arranhão. Eu também quero dar uma outra notícia importante para a classe dos trabalhadores. Ontem, eu tive a oportunidade de sancionar

o projeto de lei do Congresso, ampliando o seguro-desemprego que foi também uma das iniciativas do meu governo, uma inovação que deu certo e que agora está sendo aperfeiçoada. Eu quero lembrar que seguro-desemprego estava na Constituição desde 67 e era um dos numerosos dispositivos em benefício do trabalhador que esperavam regulamentação.

Em 86, durante o Plano Cruzado, eu criei o seguro-desemprego. Um decreto estabelecendo o seguro-desemprego no Brasil. Até a promulgação da atual Constituição, o seguro-desemprego era custeado exclusivamente com recursos do Tesouro nacional. Agora ele tem uma fonte própria, vinculado à arrecadação do Pis Pasep. A nova legislação, aprovada pelo Congresso e que sancionei ontem, utilizou estudos do Ministério do Trabalho.

O fundo do salário-desemprego será administrado por um conselho de três pessoas, do qual participam representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. Começa a ser pago sete dias após a dispensa do emprego. Antes, exigia-se um período de espera de dois meses. Eram 60 dias para que o desempregado pudesse solicitar o benefício. Antes, o desempregado precisava ter pago 36 contribuições nos últimos quatro anos, enquanto que atualmente precisa pagar apenas 15 contribuições nos últimos dois anos. Antigamente o valor do benefício era de um a um e meio salário mínimo. Agora poderá ser de três até três e meio salários mínimos.

Eu fico feliz por ter ligado meu nome a essa grande instituição que é um direito social: o salário-desemprego que protege o trabalhador de crises econômicas, de recessões e de dificuldades que ele possa ter pela frente.

Finalmente, para terminar, mais uma vez, a minha palavra de esperança: vamos confiar no nosso País, ter fé, uma vez que este país jamais decepcionará cada um de nós. Como eu tenho dito, o Brasil é maior do que todos os seus problemas. Venceremos. Muito obrigado e bom-dia.

13 JAN 1990